

# Vivências da gestão documental em uma instituição federal de ensino: um olhar fenomenológico

**Ricardo Roberto de Andrade**<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0008-3952-6487>

**Otaviano José Pereira**<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6598-7702>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

**Resumo:** Este artigo objetivou analisar as contribuições da fenomenologia para compreender as vivências de servidores no processo de gestão documental em uma instituição federal de ensino. A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando roda de conversa como instrumento de produção de dados e análise fenomenológica fundamentada em Edmund Husserl. Os resultados evidenciaram que a gestão documental é vivenciada em meio a improvisações, sobrecarga de trabalho e ausência de padronização, revelando fragilidades institucionais e sentidos produzidos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. Conclui-se que a fenomenologia ampliou a compreensão da gestão documental para além de sua dimensão técnico-operacional, evidenciando sua dimensão experiencial e apontando a necessidade de políticas institucionais e ações formativas voltadas ao fortalecimento das práticas arquivísticas.

**Palavras-chave:** gestão documental; fenomenologia; experiência vivida; arquivos

## 1 Introdução

O avanço das tecnologias, a intensificação da produção documental e a complexificação dos sistemas burocráticos desafiam a organização e a preservação das informações no âmbito das instituições públicas. No cenário das Instituições Federais de Ensino (IFEs), esse desafio mostra-se ainda mais evidente diante da coexistência de documentos analógicos e digitais, da ausência de padronização e da carência de políticas arquivísticas consolidadas.

No Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Uberlândia, locus desta investigação, observaram-se lacunas estruturais no tratamento dos documentos institucionais, expressas pela fragmentação de práticas, fragilidades na articulação entre setores e ausência de instrumentos arquivísticos consolidados (Andrade, 2025). Tal contexto reforça a centralidade da gestão documental como dimensão estratégica da administração pública e evidencia a necessidade de maior mobilização institucional em torno dessas práticas.

Esse debate encontra respaldo em marcos normativos como a Lei n.º 8.159/1991<sup>1</sup> (Brasil, 1991), regulamentada pelo Decreto n.º 4.073/2002<sup>2</sup> (Brasil, 2002), que atribui ao poder público o dever de promover a gestão documental e proteger o patrimônio arquivístico. Soma-se a isso a Lei n.º 12.527/2011<sup>3</sup> (Brasil, 2011), Lei de Acesso à Informação (LAI), que evidencia a relação entre organização documental, transparência pública e efetivação de direitos, reafirmando que a gestão documental ultrapassa uma dimensão estritamente técnica para constituir também instrumento social e político de acesso à informação e preservação da memória (Santos; Brandão; Araujo, 2025).

No contexto nacional, a Gestão Documental é ainda orientada pelas resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e, no âmbito educacional, por normativas específicas, como a Portaria MEC n. 315/2018<sup>4</sup> (Brasil, 2018), que regulamenta o diploma digital. Tais marcos legais reforçam que a ausência de políticas institucionais efetivas compromete não apenas a eficiência administrativa, mas também o direito à informação e a preservação da memória coletiva.

Embora a literatura arquivística tenha consolidado importantes contribuições sobre classificação, avaliação e ciclo de vida dos documentos, observa-se o predomínio de abordagens técnico-operacionais orientadas pela racionalização dos processos documentais. Essa tradição, marcadamente pragmática e, em certa medida, cartesiana, privilegiou instrumentos e procedimentos em detrimento das dimensões subjetivas e experienciais implicadas no processo documental, permanecendo escassos estudos que problematizam a gestão documental a partir da experiência vivida dos sujeitos.

É precisamente nesse deslocamento da gestão documental compreendida apenas como técnica para sua compreensão como experiência vivida que a fenomenologia se apresenta como aporte teórico-metodológico fecundo para esta investigação.

Diante disso, este artigo teve como objetivo analisar as contribuições da fenomenologia para compreender as vivências dos servidores no processo de gestão documental, evidenciando possibilidades analíticas que ampliam tanto o debate acadêmico quanto a compreensão das práticas arquivísticas no contexto institucional investigado.

Para orientar o percurso analítico, o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, articulando a abordagem fenomenológica aos fundamentos da gestão documental. A terceira descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados, com base na categoria analítica “Vivência”. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais do estudo.

## **2 Referencial teórico: fenomenologia e gestão documental**

A Fenomenologia constitui aporte teórico-metodológico pertinente para compreender a gestão documental a partir do vivido, aproximando teoria e prática e revelando dimensões subjetivas que os métodos tradicionais, muitas vezes, não alcançam (Duarte; Caldin, 2019).

Como aponta Garnica (1997), compreender um fenômeno social exige deslocar o olhar do pesquisador da mera objetividade para a experiência situada, ou seja, para aquilo que se manifesta no contexto vivido. Esse deslocamento mostra-se particularmente relevante na Arquivologia, pois permite compreender a gestão documental não apenas como um conjunto de procedimentos técnicos, mas como prática social atravessada pela intencionalidade dos sujeitos que a exercem.

Nessa direção, a gestão documental não se limita ao arquivamento ou ao controle de fluxos documentais, constituindo-se também como dimensão

estratégica da governança, da transparência e da preservação da memória institucional (Bellotto, 2006; Paes, 2007).

Sob essa perspectiva, os arquivos podem ser compreendidos como fenômenos informacionais e sociais, cuja função transcende a custódia documental, operando como mediação entre Estado, sociedade e memória coletiva (Silva, 2016), reforçando a articulação entre fenomenologia e gestão documental que sustenta o percurso teórico deste estudo.

## **2.1 Fenomenologia e a compreensão da experiência vivida na gestão documental**

A fenomenologia, desenvolvida por Husserl no início do século XX, constitui-se como um movimento filosófico que buscou resgatar a experiência em sua dimensão originária. Diferente das abordagens positivistas, que priorizavam a objetividade e a mensuração, a fenomenologia defendeu a descrição rigorosa daquilo que se manifestava à consciência, isto é, dos fenômenos tal como eram vividos pelos sujeitos. A consciência, nessa perspectiva, é sempre intencional: todo ato de consciência é consciência de algo (Husserl, 2012).

Esse princípio da intencionalidade torna-se central para pesquisas que buscam compreender práticas institucionais vividas pelos sujeitos, pois permite deslocar a análise de estruturas abstratas para os sentidos atribuídos às experiências. No caso da gestão documental, esse enfoque possibilita compreender que práticas arquivísticas não se reduzem a rotinas administrativas, sendo também atravessadas por percepções, escolhas, tensões e modos de atribuição de sentido.

Além da intencionalidade, a fenomenologia husserliana também se sustenta em conceitos como a *epoché* ou suspensão dos pressupostos, que orienta o pesquisador a pôr entre parênteses juízos prévios para captar a essência da experiência (Husserl, 2012). Complementarmente, os pares conceituais *noese* e *noema* permitem distinguir, respectivamente, o ato de consciência e o conteúdo da experiência, reforçando a inseparabilidade entre sujeito e objeto no processo de atribuição de sentido.

Conforme Bicudo e Cappelletti (1999) e Garnica (1997), a fenomenologia requer suspensão de pressupostos e atenção rigorosa às essências do vivido, orientando investigações voltadas à compreensão dos sentidos produzidos na experiência situada.

Essa compreensão permite reconhecer que a experiência arquivística não se dissocia do cotidiano institucional dos servidores, mas emerge como fenômeno constituído nas relações práticas e nos sentidos produzidos nesse contexto. Em diálogo com essa perspectiva, Heidegger (1989) amplia a compreensão fenomenológica ao deslocá-la para a questão do ser e destacar o mundo-da-vida como horizonte de sentido no qual a experiência se mostra.

No âmbito deste estudo, a fenomenologia é compreendida menos como exposição filosófica extensiva e mais como fundamento metodológico para acessar a experiência vivida dos sujeitos. Nessa direção, intencionalidade, epoché, noese e noema constituem operadores analíticos centrais para apreensão dos sentidos atribuídos às práticas de gestão documental.

Na Arquivologia, o enfoque fenomenológico revela os arquivos como fenômenos informacionais e sociais, permitindo compreender sua natureza para além de um conjunto de documentos organizados (Silva, 2016). Capurro (2003) acrescenta que a perspectiva hermenêutica-fenomenológica da informação amplia a compreensão do fenômeno documental como prática de sentido e interpretação.

Nessa direção, essa aproximação também dialoga com debates da Ciência da Informação sobre práticas informacionais e mediação da informação, ao reconhecer que a produção, organização e uso dos documentos não se reduzem a operações técnicas, mas envolvem processos de significação social. Tal perspectiva amplia o entendimento da gestão documental como fenômeno informacional situado, reforçando sua interlocução com o campo da Ciência da Informação.

Marciano (2006) reforça essa aproximação ao destacar que a Ciência da Informação, ao lidar com o ciclo de vida da informação, compartilha com a fenomenologia a preocupação com a gênese do conhecimento e com os contextos de significação que o acompanham. Nesse sentido, a linguagem e os documentos não são apenas instrumentos técnicos, mas manifestações de sentidos construídos

na intersubjetividade. Essa perspectiva amplia o olhar arquivístico ao evidenciar que o conhecimento registrado nos documentos é inseparável das condições históricas e sociais de sua produção.

Enquanto a fenomenologia busca apreender a essência das experiências vividas pelos sujeitos, a dimensão informacional, conforme analisa Silva (2016), evidencia que os arquivos funcionam como dispositivos de validação e legitimação social. Essa articulação permite compreender a gestão documental tanto pela ótica da experiência dos servidores quanto pelo seu papel social mais amplo.

Por fim, a Fenomenologia foi compreendida como um recurso fecundo para investigações no campo da Arquivologia, especialmente porque desloca o foco do documento como objeto estático para a experiência vivida de quem o organiza, manuseia e atribui sentido.

Nessa perspectiva, a Fenomenologia é assumida menos apenas como método e mais como postura investigativa de abertura ao vivido, reforçando sua pertinência para compreender práticas arquivísticas como experiências de sentido. Também reforça a potência da Fenomenologia em iluminar dimensões humanas e sociais invisíveis no cotidiano da gestão documental. Essa escolha metodológica também dialoga com a perspectiva de que os arquivos são espaços de poder e memória, como defendido por Foucault (2008), mas, ao mesmo tempo, atravessados pela subjetividade daqueles que os produzem e mantêm.

Dessa forma, o referencial fenomenológico adotado sustentou a análise das vivências das servidoras, permitindo apreender a gestão documental não apenas como atividade técnica, mas como fenômeno humano, social e institucional. Tal perspectiva revelou dimensões frequentemente invisibilizadas das práticas arquivísticas e apontou possibilidades para políticas mais efetivas no âmbito das IFEs.

## **2.2 Fundamentos teóricos da gestão documental**

A formação histórica da gestão de documentos remonta ao século XIX, mas seu fortalecimento como campo de práticas e formulações teóricas ganhou maior impulso no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a

crescente complexidade administrativa, o aumento da massa e as transformações tecnológicas evidenciaram a necessidade de mecanismos mais organizados para o tratamento dos documentos. Esse cenário impulsionou a adoção de procedimentos técnicos voltados à racionalização, ao controle e à organização dos arquivos, favorecendo a consolidação de modelos de gestão documental orientados pelas exigências institucionais e informacionais emergentes.

Conforme assinala Duchein (1993), os modelos estruturados no pós-guerra foram configurados a partir de diferentes realidades nacionais, marcados por condicionantes culturais, econômicos, administrativos e históricos próprios de cada país, o que conferiu especificidades às formas de conceber e operacionalizar a gestão de documentos em distintos contextos.

Além disso, a intensificação das atividades administrativas provocou um aumento significativo na produção de documentos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, período frequentemente associado ao fenômeno conhecido como “explosão documental”, caracterizado pela expansão acelerada dos registros produzidos e pelos desafios decorrentes de seu controle, organização e destinação.

Em consonância com essa perspectiva, Sousa (2023) destaca que, a partir da segunda metade do século XX, os arquivos passaram a receber maior atenção nos Estados Unidos, em razão do crescimento acelerado da produção documental e da multiplicação dos usos atribuídos aos documentos. Esse movimento relaciona-se ao cenário do pós-Segunda Guerra Mundial, marcado por transformações tecnológicas, expansão do conhecimento científico e maior complexidade das estruturas administrativas. Nesse contexto, os documentos passaram a ser compreendidos para além de sua função de registro, assumindo relevância estratégica para os processos organizacionais e para a gestão das instituições.

Segundo Indolfo (2007), os Estados Unidos despontaram como referência inicial na consolidação da gestão de documentos, especialmente a partir da década de 1940. Foi nesse contexto que se desenvolveram as primeiras formulações voltadas ao tratamento, armazenamento e à circulação dos documentos arquivísticos, dando origem ao conceito de *Records Management*.

Em seus primórdios, essa perspectiva esteve fortemente vinculada às demandas administrativas, priorizando a racionalização de recursos, a economia de espaços físicos, a redução do acúmulo documental e o estabelecimento de prazos para retenção e destinação dos documentos.

A diversidade de modelos formulados para a gestão documental motivou a Unesco a desenvolver referenciais para a área por meio do programa *Records and Archives Management Program* (RAMP). Nessa perspectiva, a gestão de documentos é compreendida em articulação com a administração geral, buscando assegurar economicidade, controle e qualidade ao longo de todas as fases do ciclo de vida documental.

Ainda segundo Indolfo (2007), o programa RAMP ampliou o debate arquivístico ao difundir contribuições como as de Rhoads (1983), que propõe um esquema de gestão documental estruturado para acompanhar, de modo econômico e eficaz, todo o percurso dos documentos.

Para isso, Rhoads (1983) organiza esse processo em três grandes fases: elaboração, utilização e conservação, e destinação, contemplando desde a criação dos documentos até sua disposição final, em uma perspectiva sistêmica voltada ao gerenciamento integral do ciclo documental.

A primeira, denominada elaboração de documentos, refere-se ao momento de produção documental, e é considerada estratégica por possibilitar evitar a criação de documentos não essenciais, reduzir o volume documental a ser tratado, ampliar a utilidade dos registros produzidos e assegurar melhores condições para recursos como reprografia e automação ao longo do ciclo vital (Rhoads, 1983).

A segunda fase, utilização e conservação, compreende procedimentos relacionados ao uso, controle, organização e armazenamento dos documentos necessários à execução e ao suporte das funções institucionais. (Rhoads, 1983).

Já terceira fase, destinação documental, envolve decisões relativas à preservação de documentos com valor permanente e à eliminação daqueles destituídos de valor secundário, considerando requisitos administrativos, legais e históricos (Rhoads, 1983).

Como desdobramento desses movimentos, foi promulgada, em 1991, a Lei n. 8.159, marco normativo da área arquivística brasileira, que define a gestão de

documentos como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos, visando à sua eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991). Tal formulação evidencia o caráter sistêmico da gestão documental, articulado às funções de produção, utilização, avaliação e destinação documental.

Em seu Art. 1º, atribui ao poder público o dever de promover a gestão documental e assegurar proteção especial aos documentos de arquivo, reconhecendo-os como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, bem como elementos de prova e informação. Tal formulação evidencia o reconhecimento dos documentos arquivísticos não apenas em sua dimensão operacional, mas também em seu valor administrativo, social e científico.

No Art. 3º, define:

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

No âmbito arquivístico, essas operações articulam-se às funções de produção, utilização, avaliação e destinação documental, em diálogo com o ciclo de vida dos documentos e a teoria das três idades. Tal compreensão evidencia o caráter sistêmico da gestão documental, sustentado por processos interdependentes voltados à organicidade, ao acesso e à preservação.

Nessa alteração, críticas como as de Caya (2004), em diálogo com discussões contemporâneas como o *continuum* documental (Jardim, 2015), evidenciam limites de leituras estritamente lineares e sequenciais do processo documental, sobretudo diante das dinâmicas dos ambientes digitais. Longe de invalidar a tradição arquivística, tais problematizações ampliam a compreensão da gestão documental como processo dinâmico, complexo e continuamente tensionado pelas transformações institucionais e tecnológicas.

Observa-se, contudo, que essas formulações, embora fundamentais para a consolidação do campo, historicamente privilegiaram dimensões técnico-operacionais da gestão documental, com ênfase em procedimentos, controle e

racionalização dos fluxos documentais. Essa tradição técnico-instrumental contribuiu para secundarizar dimensões experienciais do trabalho documental, aspecto que esta pesquisa busca tensionar.

Tal problematização não nega a relevância dos fundamentos técnico-arquivísticos, mas busca ampliá-los pela incorporação das dimensões humanas e experienciais implicadas no trabalho documental.

Essa predominância técnico-instrumental aproxima-se de uma racionalidade pelo controle, da eficiência e da normatização, secundarizando dimensões subjetivas do trabalho com documentos. É nesse ponto que a abordagem fenomenológica proposta neste estudo busca produzir um deslocamento analítico.

Na perspectiva de Jardim (1987), a gestão de documentos possui natureza essencialmente arquivística ao envolver seleção e controle da massa documental com vistas à preservação dos documentos de valor permanente. Moreno (2008), por sua vez, associa gestão documental ao planejamento e à administração, destacando que o tratamento documental pressupõe organização e controle voltados ao acesso confiável e eficiente.

Bellotto (2006) reforça que os arquivos desempenham papel estratégico na administração das instituições, enquanto a gestão documental reúne práticas que asseguram preservação, disponibilidade e uso efetivo dos documentos. Nessa direção, a informação arquivística assume função estratégica para eficiência institucional e ampliação da transparência pública.

Nessa perspectiva, a gestão documental e a informação arquivística assumem papel estratégico para a eficiência institucional e para a ampliação da transparência pública. Por meio de práticas arquivísticas consistentes, as instituições aprimoram seus processos internos, favorecem o acesso à informação e fortalecem sua atuação social ao assegurar a disponibilidade de informações necessárias à administração e à sociedade.

No campo contemporâneo, Jardim (2015) destaca a importância da normalização arquivística como dimensão relevante da arquivologia contemporânea, sobretudo diante da diversidade de concepções e práticas existentes no campo. Segundo o autor, a formulação e adoção de normas

específicas foram impulsionadas, especialmente a partir da década de 1990, pela atuação de organismos internacionais como a Organização Internacional para Padronização (ISO)<sup>5</sup> e o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), contribuindo para maior padronização e fortalecimento das práticas arquivísticas.

Segundo Rocha e Schmidt (2025), a organização dos arquivos relaciona-se intrinsecamente à classificação arquivística, operacionalizada por instrumentos como planos de classificação. Associam-se a esse conjunto procedimentos de ordenação, descrição arquivística e, mais recentemente, uso de metadados, que ampliam possibilidades de acesso, contextualização e preservação.

A partir desses elementos, compreende-se a gestão de documentos como prática que articula técnicas, instrumentos e procedimentos voltados ao controle, acesso, à preservação e ao uso dos documentos, orientando-se tanto pela racionalização administrativa quanto pela qualificação dos processos arquivísticos.

No setor público, essa perspectiva contribui para maior agilidade dos procedimentos e da oferta mais eficiente de informações à sociedade. Contudo, embora historicamente desenvolvida sob bases predominantemente técnicas e instrumentais, a gestão documental pode ser problematizada para além desse horizonte pragmático, considerando dimensões organizacionais, sociais e experienciais que atravessam sua realização cotidiana.

É nesse movimento de ampliação do olhar sobre a gestão de documentos que se insere a perspectiva adotada neste estudo. Se, por um lado, a literatura consolidou importantes contribuições técnico-metodológicas para o campo, estudos recentes de revisão da produção científica brasileira evidenciam que tais contribuições têm se concentrado, sobretudo, em temas como classificação, avaliação, modelagem de processos, preservação digital e maturidade em gestão documental (Cavalcante; Vitoriano; Furtado, 2026).

Embora revelem o fortalecimento e a ampliação interdisciplinar da área, essas abordagens permanecem predominantemente centradas na dimensão instrumental e procedimental da gestão documental, sendo ainda pouco exploradas as dimensões experienciais do trabalho com documentos. É nessa

lacuna que se insere esta pesquisa, ao propor um deslocamento analítico da gestão documental como técnica para sua compreensão como experiência vivida.

### **3 Percurso metodológico**

A pesquisa foi delineada como qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, fundamentada na fenomenologia husserliana. Essa escolha decorreu da necessidade de compreender fenômenos sociais em profundidade, valorizando os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas cotidianas (Garnica, 1997).

Participaram da pesquisa quatro servidoras efetivas atuantes em setores estratégicos relacionados à produção, tramitação e guarda de documentos institucionais. A seleção foi intencional, baseada no critério de envolvimento direto das participantes com práticas de gestão documental no cotidiano do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Uberlândia.

A *roda de conversa* foi utilizada como principal instrumento de coleta de dados, por se configurar como espaço horizontal de diálogo e construção coletiva de sentidos. Diferentemente de entrevistas estruturadas, essa técnica favoreceu uma escuta sensível, possibilitando às participantes compartilhar suas vivências de forma espontânea e colaborativa (Moustakas, 1994). O encontro foi gravado em áudio, posteriormente transcrito na íntegra e submetido à análise fenomenológica.

Segundo Moustakas (1994), a entrevista ou roda de conversa fenomenológica constitui espaço privilegiado para a emergência das descrições em primeira pessoa, que são posteriormente transformadas em unidades de significado. Essa perspectiva foi essencial para captar, no presente estudo, não apenas as dificuldades técnicas relatadas, mas também os sentimentos de sobrecarga, imprevisto e compromisso pessoal narrados pelas servidoras.

A análise fenomenológica, conforme sistematizada por Garnica (1997), envolve dois movimentos: o ideográfico, centrado nas unidades de significado singulares, e o nomotético, voltado para a construção de categorias gerais. Essa trajetória permitiu que a investigação transitasse entre o particular e o coletivo, respeitando a singularidade dos relatos, mas também evidenciando convergências que delinearão a essência da experiência vivida.

Com base nesses fundamentos, o método fenomenológico envolveu três movimentos analíticos articulados. A adoção da epoché orientou a suspensão de pressupostos prévios na interpretação dos relatos, favorecendo a apreensão dos sentidos emergentes das experiências narradas. Esses movimentos envolveram:

- a) *Epoché* ou suspensão de pressupostos, a fim de evitar interpretações prévias;
- b) identificação de unidades de significado nas falas;
- c) construção de categorias temáticas que expressaram a essência da experiência vivida (Moustakas, 1994).

Esse movimento analítico aproxima-se das propostas de Moustakas (1994), que defendem que a análise fenomenológica deve partir de descrições em primeira pessoa, identificando unidades de significado que possam ser posteriormente organizadas em estruturas essenciais da experiência.

Para assegurar rigor analítico, buscou-se constante retorno às descrições originais, coerência entre unidades de significado e categorias emergentes, bem como validação interna das interpretações pela recorrência temática observada entre os relatos.

A análise fenomenológica conduziu à categoria analítica “Vivência”, tomada neste artigo como eixo de discussão por concentrar os elementos mais expressivos das experiências narradas.

Entre as limitações do estudo, reconhece-se o número reduzido de participantes e a delimitação a apenas um campus do IFTM. Todavia, em consonância com a perspectiva fenomenológica, a intenção não foi produzir generalizações estatísticas, mas compreender em profundidade estruturas de sentido presentes na experiência vivida, com potencial de diálogo com contextos institucionais semelhantes.

#### **4 Resultados e discussão**

A categoria “Vivência” permitiu compreender que as dificuldades narradas não se restringem a problemas operacionais, mas expressam modos de experienciar a gestão documental em contextos marcados por tensões institucionais. A análise

fenomenológica desloca, assim, o foco da deficiência procedimental para os sentidos produzidos pelos sujeitos diante dessas condições.

Mais do que descrever dificuldades práticas, a categoria evidencia a gestão documental como experiência atravessada por sentidos, improvisações, tensões e estratégias cotidianas de enfrentamento. Nessa direção, os relatos não se apresentam como meros exemplos empíricos, mas como expressões do fenômeno investigado, revelando dimensões do cotidiano documental que frequentemente permanecem invisibilizadas em abordagens estritamente normativas.

A análise revelou três dimensões centrais da experiência vivida: improvisação, sobrecarga de funções e ausência de padronização.

A improvisação apareceu como elemento recorrente nas narrativas. Maria Antonieta relatou que, ao assumir o setor, encontrou documentos desorganizados em armários e caixas, recorrendo à criação de pastas por curso a partir de critérios próprios para garantir alguma ordenação.

Embora essa iniciativa tenha possibilitado respostas práticas às demandas imediatas, ela evidencia que, na ausência de instrumentos institucionais formais, a gestão documental passa a ser sustentada por arranjos individuais.

Esse achado dialoga com Schellenberg (2006), ao reafirmar que a gestão documental depende de instrumentos técnicos e políticas estruturadas, não podendo se apoiar exclusivamente em soluções empíricas e circunstanciais. Sob a lente fenomenológica, a improvisação revela-se não apenas como resposta funcional, mas como expressão de adaptação diante da insuficiência institucional, cujas consequências comprometem rastreabilidade, acesso à informação, *accountability* e preservação da memória institucional. Nesse sentido, a improvisação mostra-se menos como solução e mais como sintoma de fragilidades estruturais.

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, essa improvisação também revela fragilidades nos regimes de organização e circulação da informação institucional, comprometendo não apenas fluxos documentais, mas condições de acesso, uso e à confiabilidade informacional.

A segunda dimensão emergente refere-se à sobrecarga de funções. As participantes relataram que a gestão documental frequentemente assumia caráter

secundário diante de múltiplas atribuições administrativas. Catarina de Médici, por exemplo, conciliava atividades de assistência estudantil com demandas documentais, sem condições objetivas para consolidar rotinas arquivísticas consistentes.

Esse aspecto evidencia que os desafios da gestão documental não decorrem apenas da ausência de instrumentos, mas também das condições concretas de trabalho em que essas práticas se realizam. A sobrecarga relatada revelou não apenas limitações operacionais, porém uma vivência marcada por tensão entre responsabilidade institucional e insuficiência de condições para realizá-la plenamente.

Sob esse prisma, a resiliência demonstrada pelas servidoras não deve ser naturalizada como solução permanente. Ao contrário, como apontam as participantes, a continuidade desse cenário tende a deslocar para o esforço individual responsabilidades que deveriam ser sustentadas por políticas institucionais de gestão documental.

A terceira dimensão evidenciada foi a ausência de padronização. Leonor de Aquitânia relatou depender do auxílio de colegas para localizar processos, diante da inexistência de planos de classificação e tabelas de temporalidade acessíveis. Tal condição produzia insegurança no trato documental e fragilizava a continuidade dos fluxos de informação.

Sob a perspectiva fenomenológica, esse relato revela mais do que uma deficiência técnica. Ele expressa uma experiência de vulnerabilidade institucional. Na articulação entre noese e noema, a dificuldade em localizar documentos não se reduz a um problema operacional; constitui experiência significada pelas participantes como descontinuidade, insegurança e fragilidade do fazer documental e, evidenciando que a ausência de instrumentos arquivísticos interfere diretamente nos modos pelos quais os sujeitos experienciam e significam sua relação com os documentos.

As três dimensões, improvisação, sobrecarga e ausência de padronização não apareceram como episódios isolados, mas como estruturas recorrentes da experiência vivida. Nesse aspecto, os achados aproximam-se de Bellotto (2006) e Paes (2007), ao reiterarem que a gestão documental ultrapassa procedimentos

técnicos e constitui função estratégica vinculada à memória, à administração e à garantia de direitos.

Desse modo, a análise permitiu compreender que os desafios da gestão documental não se resumem à ausência de normas ou instrumentos, mas dizem respeito também às condições institucionais e aos sentidos produzidos pelos sujeitos que sustentam, no cotidiano, essas práticas. Embora a gestão documental costume ser abordada sob racionalidade técnico-pragmática, as vivências analisadas mostram que o processo também é atravessado por sentidos, percepções e experiências subjetivas que influenciam diretamente sua realização.

## **5 Considerações finais**

A pesquisa evidenciou que a gestão documental no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia é atravessada por improvisação, *sobrecarga de trabalho e ausência de padronização*, revelando fragilidades institucionais que impactam a organização dos documentos, a preservação da memória administrativa e as condições de acesso à informação. A análise da categoria “Vivência” permitiu compreender que esses desafios extrapolam problemas operacionais, expressando também sentidos produzidos pelos sujeitos no cotidiano de suas práticas documentais.

Do ponto de vista metodológico, a fenomenologia mostrou-se um caminho fecundo para apreender a experiência vivida dos servidores e compreender a gestão documental para além de sua dimensão técnico-instrumental. Ao evidenciar aspectos frequentemente invisibilizados por abordagens normativas, o estudo também reforça a necessidade de políticas arquivísticas institucionais voltadas à padronização de procedimentos, à formação continuada de servidores e ao fortalecimento dos arquivos como dimensão estratégica da administração pública.

Embora delimitada a um único campus e a um número reduzido de participantes, a pesquisa permitiu alcançar estruturas de sentido relevantes para refletir sobre desafios presentes em contextos institucionais semelhantes. Como desdobramento, sugere-se ampliar investigações sobre gestão documental em outras Instituições Federais de Ensino, bem como explorar a contribuição da

fenomenologia para estudos relacionados à gestão eletrônica de documentos e aos ambientes digitais.

No campo da Ciência da Informação e da Arquivologia, o estudo contribui ao tensionar abordagens predominantemente pragmáticas da gestão documental, propondo compreendê-la também como experiência social e informacional vivida. Ao propor um deslocamento da gestão documental como procedimento para sua compreensão como experiência informacional vivida, o estudo contribui para ampliar interlocuções entre Arquivologia e Ciência da Informação, especialmente ao aproximar debates sobre práticas documentais, mediação e produção de sentidos.

Em diálogo articular entre Fenomenologia e gestão documental, amplia-se o debate sobre os processos arquivísticos, deslocando o foco dos instrumentos para as experiências que sustentam, concretamente, tais práticas. Mais do que um processo técnico, a gestão documental revelou-se, neste estudo, um fenômeno humano, social e institucional, cuja compreensão exige considerar as práticas cotidianas, os sentidos atribuídos pelos sujeitos e as condições que moldam sua realização.

## Referências

ANDRADE, Ricardo Roberto. **A compreensão dos servidores do IFTM Campus Uberlândia sobre a gestão de documentos: contribuições e desafios no processo de organização**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Uberaba, 2025.

BRASIL. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 139, n. 3, p. 1, 4 jan. 2002.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 129, n. 6, p. 1, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 148, n. 221-A, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 155, n. 65, p. 9, 5 abr. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; CAPPELLETTI, Ivanise. **Fenomenologia**: uma visão geral. São Paulo: Moraes, 1999.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; VITORIANO, Márcia Cristina Carvalho Pazin; FURTADO, Renata Lira. Gestão de documentos: uma revisão sistemática de literatura sobre o tema no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, p. 1-36, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.147086>. Acesso em: 27 abr. 2026.

CAYA, Marcel. **La théorie des trois âges en archivistique**: En avons-nous toujours besoin? [Palestra]. Paris: École nationale des chartes, 2 déc. 2004.

DUARTE, Érica Almeida; CALDIN, Clarice Fortkamp. Abordagem fenomenológica na Ciência da Informação: reflexões sobre o método utilizado por Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 315-334, 2019.

DUCHEIN, Michel. Prologo. *In*: LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos**: definición y analisis de modelos. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimônio Documental de Euskadi, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200008>. Acesso em: 25 jun. 2026.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2012.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, 2015.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: fenomenologia e hermenêutica. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 181-190, 2006.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (org.). **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: Eduel, 2008. p. 71-88.

MOUSTAKAS, Clark. **Phenomenological research methods**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

PAES, Marilena Leite. **Arquivística**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, Denize Laureano; SCHMIDT, Clarissa M. Santos. Modelo conceitual de sistema de Organização do Conhecimento Arquivístico: contribuições para a garantia contextual. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 13, n. esp., p. 38-49, 2025.

RHOADS, James B. **La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información**: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1983.

SANTOS, Derian; BRANDÃO Gleise; ARAUJO, Germana. Análise das leis n.8.159/1991, 12.527/2011 e 13.709/2018 segundo suas contribuições no auxílio às atividades dos arquivistas e bibliotecários, voltadas à mediação da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, p. 1-30, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.142952>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Paulo César Gondim da. Fenomenologia e arquivologia: aproximações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 23-38, 2016.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. **Gestão de documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da administração pública federal. Belo Horizonte: Fino Trato, 2023.

## **Lived experiences of records management in a Federal Educational Institution: a phenomenological perspective**

**Abstract:** This article aimed to analyze the contributions of phenomenology to understanding the lived experience of staff involved in records management at a federal educational institution. The study was conducted at the Federal Institute of Triângulo Mineiro, Uberlândia Campus, using a qualitative and exploratory-descriptive approach. A focus group was used for data production, and the analysis was grounded in Husserlian phenomenology. The findings revealed daily records management practices marked by improvisation, work overload, and lack of standardization, exposing institutional fragilities and meanings produced through participants' lived experiences. The study concludes that phenomenology broadens the understanding of records management beyond its technical-operational dimension by highlighting its experiential dimension and pointing to the need for institutional policies and training actions aimed at strengthening archival practices.

**Keywords:** records management; phenomenology; lived experience; archives

### **Declaração de autoria**

**Concepção e elaboração do estudo:** Ricardo Roberto de Andrade, Otaviano José Pereira

**Coleta de dados:** Ricardo Roberto de Andrade

**Análise e interpretação de dados:** Ricardo Roberto de Andrade

**Redação:** Ricardo Roberto de Andrade

**Revisão crítica do manuscrito:** Ricardo Roberto de Andrade, Otaviano José Pereira

### **Declaração de disponibilidade de dados**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo pode ser solicitado aos autores (ver autoria para correspondência).

### **Autoria para correspondência**

Ricardo Roberto de Andrade  
ricardor.arquivista@gmail.com

### **Editor-chefe**

Thiago Henrique Bragato Barros

### Como citar

ANDRADE, Ricardo Roberto de; PEREIRA, Otaviano José. Vivências da gestão documental em uma instituição federal de ensino: um olhar fenomenológico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-150399, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.150399>

Recebido: 24/09/2025

Aceito: 20/05/2026

Copyright (c) 2026 Ricardo Roberto de Andrade, Otaviano José Pereira. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.



- 
- <sup>1</sup> Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências (Brasil, 1991).
- <sup>2</sup> Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados (Brasil, 2002).
- <sup>3</sup> Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (Brasil, 2011).
- <sup>4</sup> Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância (Brasil, 2018).
- <sup>5</sup> International Standard Organization.